

# **A 40 anos do relatório MacBride, qual seu legado para a construção de uma comunicação decolonial na América do Sul?.**

Vanessa Silva.

Cita:

*Vanessa Silva (2019). A 40 anos do relatório MacBride, qual seu legado para a construção de uma comunicação decolonial na América do Sul?. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/239>



## A 40 anos do relatório MacBride, qual seu legado para a construção de uma comunicação decolonial na América do Sul?

Vanessa Silva

### Resumo

O informe “Um só mundo, múltiplas vozes”, conhecido como Relatório MacBride, foi publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1980 com o objetivo de avaliar os desequilíbrios comunicacionais entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. No próximo ano, será celebrado o aniversário de 40 anos do transcendente documento, cuja atualidade ainda perdura com as diversas iniciativas de democratização da comunicação na América do Sul, como este trabalho se dispõe a mostrar. Dentro deste cenário, o objetivo é fazer um mapeamento dos diversos meios de comunicação latino-americanos de tendência decolonial e analisar o aporte que essas mídias trazem no sentido de superar a colonialidade na comunicação. Este é um estudo de revisão bibliográfica e se vale de uma análise quantitativa-qualitativa. A hipótese é que a distribuição dos veículos de tendência decoloniais reproduz as desigualdades regionais — os países mais desenvolvidos dentro do sistema capitalista apresentam mais iniciativas do que os demais, reproduzindo o desnível informacional, tal como apontado pelo relatório da Unesco —, o que faz com que a colonialidade dos meios de comunicação esteja longe de ser superada no contexto regional.

### Palavras-chave

Comunicação, democratização, Informe MacBride, colonialidade, decolonialidade

### Introdução

Aos 40 anos do seminal documento “Um Só Mundo, Múltiplas Vozes”, conhecido como Relatório MacBride e produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), cabe uma nova avaliação do estudo que é um divisor de águas quando se fala em democratização da comunicação e dos direitos que as pessoas têm à informação. A análise, feita em um momento tão efervescente da política mundial, apontou que a brecha existente entre os países do Norte e do Sul em termos midiáticos deixa sua marca na contínua dependência dos países mais pobres.



A América Latina foi, historicamente, palco de diversas experiências transgressoras, revolucionárias e emancipadoras. Foi em nosso continente que surgiram os primeiros questionamentos sobre a velha ordem comunicacional, em que o fluxo de informação se dava em praticamente uma direção: do Norte para o Sul. Hoje, a multiplicidade de meios e o relativo barateamento das comunicações permite mais diversidade de opiniões e pontos de vista sendo expressados, mas o fator econômico é determinante para definir a quantidade, a qualidade e a amplitude os mesmos.

Neste trabalho, situo a análise no cenário sul-americano para restringir o campo de análise e permitir melhor compreensão dos limites das experiências desenvolvidas no subcontinente.

Ao analisar os meios de tendência decolonial nos 12 países do subcontinente, conclui-se que são muitas as iniciativas, mas ainda muito dispersas e com pouca coordenação ou contato entre si. Isso reduz o impacto desses meios e os impede de chegar a uma audiência ampla para, efetivamente, fazer frente aos monopólios midiáticos que operam na região.

### **Panorama da formulação do relatório**

Os anos 1970 foram de particular efervescência no debate comunicacional. Os países do Terceiro Mundo estavam diante de uma ampla discussão, iniciada a partir do processo de descolonização e emancipação. Ganhava força a ideia de interdependência global e de diálogo entre as diversas culturas. Do mesmo modo, evidenciava-se o fato de que a independência econômica não veio junto com a libertação política, ao mesmo tempo em que os novos países eram assediados por produtos culturais homogeneizados vindo dos países industrializados em uma só corrente, como evidencia o Relatório MacBride.

O descontentamento fez com que ganhasse corpo um processo reivindicativo por um maior acesso aos meios de comunicação de massa, a uma comunicação que não fosse unilateral e que desse espaço para que os países do então chamado Terceiro Mundo tivessem condições e possibilidades para contar sua própria história a partir de seu próprio ponto de vista, não enviesado por preconceitos e estereótipos, como ainda acontece com — muita — frequência.



### Conclusões do relatório

O diagnóstico realizado pelo relatório MacBride foi muito importante e forneceu elementos para um debate mais aprofundado em torno da comunicação e sua democratização no âmbito das relações internacionais. O documento acolheu, sobretudo, as reivindicações dos países subdesenvolvidos, despertando o desprezo das grandes empresas de comunicação.

O texto aponta para a necessidade de criar um livre fluxo de informação em condições de igualdade, justiça e benefício mútuo, bem como a eliminação dos monopólios de comunicação, o respeito à identidade cultural de cada povo e a garantia da liberdade de informação para superar a dominação e a dependência. Destaca a função social dos meios de comunicação, o pluralismo e a ética que devem ter, além do avanço tecnológico que devem implementar (Beltrán, 2005, p. 33).

Entre os principais pontos de constatação do documento estão:

1. Os sistemas de informação e de dados são inadequados para satisfazer as necessidades privadas e públicas (MacBride, 1980, p. 37);
2. Nem as estruturas de comunicação nem as mensagens transmitidas são neutras. A escolha das tecnologias refletem um juízo de valor tanto quanto o conteúdo do programa (MacBride, 1980, p. 40);
3. A comunicação feita, em sua maior parte, de cima para baixo reduz o cidadão ao papel de receptor passivo e oculta seus interesses e aspirações, aumentando o risco de que sejam impostas determinadas pautas que entrem em conflito com os valores das minorias étnicas, culturais e religiosas (MacBride, 1980, p. 40);
4. Os países em desenvolvimento recebem imagens distorcidas sobre si mesmos, já que a maior parte das notícias que chegam a eles são produzidas pelos grandes meios de comunicação (MacBride, 1980, p. 40);
5. Cinco agências — Agence France-Presse (AFP), da França; United Press International (UPI) e Associated Press (AP), dos Estados Unidos; Reuters, do Reino Unido; e TASS da ex-URSS — dominam o cenário das notícias internacionais (MacBride, 1980, p. 79);
6. As notícias tendem a ser canalizadas em um eixo Norte-Sul, inibindo trocas mais amplas, principalmente com relação aos países em desenvolvimento. Essa corrente informativa é tão desequilibrada que permite falar em “uma corrente de uma só direção” (MacBride, 1980, p. 124);



7. Cerca de 80% das notícias do mundo saem dos serviços de cabo de Londres, Paris e Nova York. Estima-se que as grandes agências destinem aos países em desenvolvimento de 10 a 30% de suas notícias, embora este dado seja de difícil mensuração. Um estudo realizado na Venezuela apontou que para cada centena de notícias recebidas dos Estados Unidos o país enviava sete para a AP e UPI (MacBride, 1980, p. 124);
8. As elites urbanas dos países em desenvolvimento recebem uma educação ocidental, se identificam com o Ocidente e tendem a preferir a comunicação com essa mesma característica (MacBride, 1980, p. 126);
9. Os países industrializados selecionam o que há de melhor nos programas dos países em desenvolvimento e estes recebem uma grande quantidade do que pode ser considerado o pior dos países desenvolvidos, principalmente em termos culturais, como na cultura e dança, que são os exemplos citados no documento (MacBride, 1980, p. 142).

O documento considera ainda que

*la comunicación puede ser un instrumento de poder, un arma revolucionaria, un producto comercial, o un medio de educación; puede servir para la liberación o la opresión, para el crecimiento de la personalidad individual o la uniformación de los seres humanos. Cada sociedad debe escoger el mejor enfoque para la tarea que todos afrontamos y encontrar el camino adecuado para superar las restricciones materiales, sociales y políticas que impiden el progreso (MacBride, 1980, p. 207).*

E apresenta 82 recomendações, que são resumidas nos seguintes pontos (1980, p. 207-210):

1. Não deve haver modelo de aplicação universal, cada país deve adotar soluções de acordo com suas tradições, vida social, econômica, cultural e possibilidades. Porém, devem ser observados os objetivos e valores comuns na esfera da comunicação com uma ordem social melhor, mais justa e democrática, o que só será possível mediante o entendimento e a tolerância obtidos por meio de comunicações que sejam livres, abertas e imparciais;
2. Atenção ao desequilíbrio e disparidades na comunicação, sobretudo nas correntes de informação;
3. A comunicação é um direito individual básico. A liberdade de informação — especialmente o direito de buscar, receber e difundir informação — é um direito humano fundamental. A comunicação depende das condições políticas, sociais



- e econômicas de seu entorno e, principalmente, da democracia, bem como das relações democráticas entre os países, daí a importância da democratização da comunicação nacional e internacionalmente;
4. As políticas integrais de comunicação devem conectar os objetivos sociais, culturais e econômicos globais para a formulação de políticas definidas após consultas com os setores organizados. Os governos devem reconhecer a importância de outorgar à comunicação maior importância no planejamento e financiamento;
  5. Faz-se necessária a adoção de medidas urgentes para o desenvolvimento da comunicação em âmbito nacional e internacional. O processo de tomada de decisões deve contar com a participação social em todos os níveis, o que requer atitudes novas para superar os preconceitos e chegar a uma real diversidade e pluralidade.

Logo após a publicação do informe, o diretor da Unesco à época, o senegalês Amadou M'Bow, foi substituído. Estados Unidos e Reino Unido se retiraram da organização e a mesma ficou praticamente inerte. Soma-se a isso o fato de que as considerações apresentadas pelo estudo não tinham caráter vinculante, então os Estados não eram obrigados a aceitá-las e realmente não o fizeram, exceto pontuais exceções.

### **Quatro décadas depois**

As críticas feitas após o lançamento do relatório e todas as análises que se seguiram são válidas ainda hoje. Os esforços de democratizar a comunicação na América do Sul são sempre alvo dos mesmos interesses contrários.

Nos anos 1980, foram os grandes empresários e dirigentes de grandes grupos de comunicação que, reunidos em Taillores, na França, declararam guerra à Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação e ao informe da Unesco. Apesar disso, os defensores da democratização da comunicação não desistiram (Beltrán, 2005, p. 33).

Na América do Sul, a onda de governos progressistas da década passada trouxe consigo diversas ações governamentais no sentido de democratizar os meios de comunicação. Foi o caso da Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão (Lei Resorte) na Venezuela, de 2004, que estabeleceu responsabilidades a concessionários e ao governo. A Constituição boliviana, de 2007, que fala em universalizar o acesso à



informação, inclusive para comunidades indígenas, garante o direito à comunicação comunitária e proíbe monopólios. No Uruguai, a Lei do Cinema e do Audiovisual, de 2007, é uma das mais avançadas do mundo (Borges, 2009, pp. 50–51). Argentina e Equador também deram passos nesse sentido.

Porém, apesar de certo esforço governamental, nos últimos anos a distância entre ricos e pobres não apenas não foi reduzida, como aumentou. A atualidade do informe reside no fato de que as novas tecnologias - celulares, tablets, internet das coisas, redes sociais, etc., antes de nos aproximar e democratizar a comunicação, nos afastou ainda mais e concentrou o poder informacional hoje nas mãos das gigantes do Vale do Silício.

Pesquisa realizada pelo Intervezes no Brasil, em 2018, mostrou que os sites mais acessados e os aplicativos mais baixados do Brasil pertencem ao Facebook e ao Google. Já o Monitoramento da Propriedade da Mídia (MOM-Brasil), realizado pela mesma ONG em parceria com a Repórteres Sem Fronteiras, também em 2018, revelou que entre os sites mais acessados no Brasil predominam os portais dos maiores conglomerados de mídia do país. As pesquisas foram divulgadas por reportagem do Le Monde Diplomatique Brasil (Bandeira y Valente, 2018).

Assim, o que Beltrán escreveu em 2005 segue sendo verdade:

*“la situación que propusieron corregir no sólo que no ha mejorado, sino que ha empeorado grande, vertiginosa y gravemente. La brecha de poderío político, económico, cultural e informativo entre el mundo desarrollado y el mundo subdesarrollado, que ya era enorme a fines de la década del 70, es ahora de una magnitud que diríase sideral” (2005, p. 33).*

Além da brecha econômica, vale ressaltar a tecnológica, que tem manipulado e controlado setores inteiros em todo o mundo. Hoje, as pessoas não são donas sequer do conteúdo que consomem. Isso porque os algoritmos — ferramentas de programação computacional que priorizam determinados comportamentos e interações dos usuários para definir os conteúdos que serão exibidos para eles — determinam o que e como elas devem consumir as informações na internet.

O Facebook, por exemplo, ainda é a principal fonte de tráfego de leitores para a maior parte dos sites. Desde a mudança realizada em 2016 no seu algoritmo, a rede social passou a “punir” os conteúdos noticiosos para privilegiar postagens de amigos. Hoje, é muito difícil para qualquer veículo noticioso de médio e pequeno porte conseguir alcance



orgânico (não pago) na rede, o que aumenta — ainda mais — o desnível entre o público dos grandes e dos pequenos meios de comunicação.

### **Colonialidade comunicacional**

Concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos empresários e famílias, informação em uma só direção e maiorias silenciadas ou sub-representadas. Com esse cenário comunicacional, podemos dizer que persiste na região o que Aníbal Quijano nomeou como “colonialidade do poder”.

Os estudos sobre colonialidade e decolonialidade constituem uma importante ferramenta de análise do contexto político-social-cultural latino-americano. Embora estejamos, nesta década, em meio ao processo de comemoração do bicentenário de independência de diversos países latino-americanos, é possível afirmar que esta não veio acompanhada de liberdade e não estancou o sistema de exploração e saque de riquezas que operou na região entre os séculos 16 e 19. Ocorre que as feridas deixadas pelo sistema colonial em nossos países não foram cicatrizadas com a independência. A colonialidade é a herança que foi deixada com o fim do colonialismo.

Ela não pode ser entendida sem uma melhor compreensão da centralidade da raça na constituição da modernidade e do capitalismo. De acordo com Quijano (2014, p. 59–62), a conquista da América resultou em um poder global que implicou a brutal concentração dos recursos do mundo sob controle de uma minoria — branca e europeia. Esta estabeleceu uma relação de dominação direta, política, social e cultural de superioridade sobre os povos dos países invadidos, o que não teve fim até hoje.

Assim, a relação entre a cultura europeia (ou ocidental) e as demais segue sendo de dominação colonial. Não se trata simplesmente de uma subordinação das demais culturas à da Europa, mas de uma colonização das outras expressões, ainda que em grau diferente de intensidade e profundidade.

Assim, “en la modernidad, ya no será la agresión o la oposición de enemigos, sino la ‘raza’, lo que justifique, ya no la temporal, sino la perpetua servidumbre, esclavitud y violación corporal de los sujetos racializados” (Maldonado-Torres, 2007, p. 140).

Além do racismo, outro indicador da colonialidade é que a acumulação de capital em escala global e as antigas hierarquias coloniais de europeus e não-europeus seguem



vigentes. A colonialidade do poder, segundo Grosfoguel, se refere a un proceso de estruturación social en el sistema mundo moderno/colonial que articula lugares periféricos en la división internacional del trabajo con la jerarquía global racial/étnica y la inscripción de los migrantes del Tercer Mundo en la jerarquía racial/étnica de las ciudades globales metropolitanas. (2006, p. 29)

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), que reúne empresários dos grandes grupos de comunicação do continente, é um fator importante da colonialidade na comunicação. Ela tem sido um ator ativo para criticar políticas governamentais que tentaram avançar na democratização da comunicação. Recorro às observações da pesquisadora argentina Susana Sel, para quem essa organização

*[es] financiada por las agencias de inteligencia y cumpliendo tareas de desestabilización de los regímenes democráticos. A este fuerte actor social asociado a las cámaras empresariales del sector concentrado, se suman varias de sus representaciones nacionales, así como las redes transnacionales de thinks tanks, presentadas como nucleamientos de intelectuales, que en realidad constituyen fundaciones privadas donde convergen empresarios, dirigentes políticos, economistas, periodistas, y profesionales dedicados a la producción y promoción de ideas neoliberales en América Latina. Una de esas redes es la Fundación Internacional Libertad (FIL), con sede en Madrid, pero con una base en la ciudad de Rosario, Argentina, dirigida por el escritor Mario Vargas Llosa. Encubiertas en perfiles pseudoacadémicas, se proponen una reorganización continental de las fuerzas neoliberales y la descalificación de los regímenes neodesarrollistas o populistas latinoamericanos, vigentes desde este siglo (Sel, 2016, p. 168).*

Levantamento realizado pelo pesquisador Pedro Aguiar, apresentado no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação em 2017, aponta que os fatos que são notícias, que são reportados e acompanhados mundialmente continuam concentrados nas regiões mais ricas do mundo: Europa Ocidental, América do Norte e Japão. Ele explica que

*Uma grande determinante para isso é justamente a maior presença de bureaux e jornalistas de agências de notícias no primeiro grupo (o Norte, centro do sistema-mundo capitalista), que são pontos difusores de informação. Trata-se, no entanto, não apenas de fatores culturais que estabelecem laços entre as mídias de diferentes países, mas fatores muito concretos, geográficos e materiais, que evidenciam a maior concentração de pontos de origem da informação nas regiões mais ricas que nas outras mais pobres. (Aguiar, 2017, p. 16)*



Não poder falar, não se fazer ouvir, não ter suas demandas explicitadas de maneira a contemplar a complexidade da realidade faz com que a mesma não seja compreendida por quem é de fora e, às vezes, sequer pelos agentes históricos envolvidos. Essas são algumas das consequências do silenciamento da sociedade, tal como definido por Paulo Freire (1976, p. 70-71) e citado por Oliveira:

*A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio quanto da cultura que tem voz. A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole — em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo. (Oliveira, 2017, p. 181)*

A colonialidade comunicacional é esse silenciamento ao qual Freire se refere, é o predomínio de agências estrangeiras, como aponta Aguiar, que definem o conteúdo e o viés ideológico dos acontecimentos globais. É uma comunicação voltada para a manutenção do status quo, para o não questionamento do porquê de as coisas serem como são, trazendo respostas simples para temas complexos, ignorando as necessidades e demandas do povo que vive naquele território. Como afirma Torres R, citando Enrique Dussel (1973),

*la 'negación' del otro, de sus necesidades y sus demandas, había sido la principal estrategia de la lógica del poder colonial para aniquilar las identidades políticas disidentes en la periferia. Esta lógica de poder - según Dussel - es un rasgo que sobrevivió a la Colonia, la república temprana y el Estado nacional para prevalecer hasta nuestros días para convertirse en la principal arma ideológica del pensamiento (neo) colonial (2006, pp. 374–375).*

Não é possível que essas mesmas práticas silenciadoras, expressões da colonialidade comunicacional, sigam dominando a comunicação. Poucos são os movimentos sociais e partidos políticos latino-americanos que verdadeiramente compreenderam a necessidade de apostar na democratização da comunicação como elemento estruturante de transformação social. Sem esse passo não pode haver emancipação possível.



### A decolonialidade como horizonte

Mas “como fazer” uma comunicação que rompa com o silenciamento de povos e nações e garanta uma pluridiversidade (de etnia, raça, geração, orientação sexual), promovendo uma troca entre as diferentes visões subalternas e retomando a ideia de comunicação como um diálogo?

Para Beltrán, a comunicação deve ser libertadora, garantindo uma aproximação com os movimentos sociais e populares que demandem um outro modelo social e econômico. Ele defende um comunicar que permita aspirar conquistas sociais, mas a partir de um modelo endógeno, não imposto, decidido democraticamente e adaptado à realidade cultural às verdadeiras necessidades do entorno (Chaparro, 2014, p. 14).

Neste sentido, o que seria um jornalismo decolonial? Para Mignolo,

*El pensamiento decolonial piensa en los bordes y piensa los bordes en relaciones imperiales/coloniales de poder. La descolonización de la historia narrada y del pensamiento historiográfico imperial es parte de la tarea del pensamiento decolonial para avanzar en la opción decolonial junto a otros proyectos ya existentes” (2009, p. 270).*

Pensar nas bordas da comunicação é fazer jornalismo periférico, subir o morro, descer para os mangues, mascar coca nos Andes, observar as demandas oriundas das selvas, caminhar pelos pampas, compreender o Chaco. É romper a brecha geracional, com espaço para as juventudes e infâncias, além dos idosos. É se posicionar de maneira aberta e contundente, sem esconder seu direcionamento ideológico, levando transparência ao leitor, sem enganá-lo com discursos de isenção e objetividade que legitimam o status quo. É estar do lado dos setores oprimidos, nunca do opressor, apoiando movimentos populares e suas lutas. É lutar pela democratização da comunicação por considerá-la um direito e pela integração latino-americana por ser esta a única forma de superar as relações imperiais/coloniais.

### Cenário sul-americano

Para analisar o cenário sul-americano, realizei um mapeamento dos meios de comunicação que se contrapõem aos crivos e controles midiáticos e se dispõem a trabalhar pela emancipação social.

Para isso, utilizei o método de sistematização de experiências de Oscar Jara e que tem como fundamento o que ele chama de Concepção Metodológica Dialética, composta



por “prática e teoria, sensibilidade e imaginação, pragmatismo e utopia, rigor e flexibilidade, sentido comum e ética, lucidez e paixão” (Jara, 2006, p. 58).

De acordo com ele, são cinco os tempos do processo, a saber:

- a) Ponto de partida;
- b) A perguntas iniciais;
- c) Recuperação do processo vivido;
- d) A reflexão de fundo;
- e) Os pontos de chegada. (2006, p. 72)

O primeiro ponto a ser considerado aqui é minha própria experiência com veículos de tendência decolonial e populares. Desde 2011 tenho direcionado minha carreira como jornalista para esta área da comunicação, tendo passado pelas redações de Portal Vermelho, Opera Mundi, Brasil de Fato e, atualmente, Diálogos do Sul.

Para este trabalho, investigativo, visitei quase dois mil sites jornalísticos dos 12 países do subcontinente com o objetivo de encontrar elementos informativos que me permitissem classificá-los como não-hegemônicos e de tendência decolonial.

A seguinte tabela aponta a quantidade de meios, por país, que foram enquadrados como decoloniais (ordenado pela quantidade de veículos):

País	Arg	Bra	Col	Chi	Equ	Uru	Bol	Vem	Per	Par	Gui	Sur
Veículo	218	131	38	31	20	18	16	12	10	4	0	0

*Tabela 1. Quantidade de meios. Fonte. Elaboração da autora.*

Cabe destacar que o levantamento acima não contempla iniciativas governamentais. Apesar de o relatório MacBride ter recomendado veementemente a criação de sistemas nacionais de comunicação para fazer frente ao monopólio das agências de notícias estrangeiras, as iniciativas latino-americanas se mostraram muito volúveis às vontades e ideologias dos governantes de turno, de forma que merecem uma análise à parte. A Venezuela, por exemplo, investiu muito na criação de meios públicos, como é o caso da TeleSUR (outrora multiestatal), Venezolana de Televisión (VTV), Agencia Venezolana de Noticias (AVN), jornal Ciudad Caracas, Vive TV, Prensa Nacional, entre outros.

Para chegar ao resultado apresentado acima precisei revisar várias listas encontradas na internet e avaliar veículo por veículo para observar a linha editorial de cada um para



só então poder considerá-los nesta seleção. Com base na minha experiência, criei um método de análise que contou com critérios objetivos. O primeiro foi identificar determinados termos para se referirem a fatos da atualidade. Por exemplo, um veículo de direita ou os supostamente isentos que escondem sua linha editorial não classificam o processo neoliberal como uma “segunda colonização”, os meios que atacam o status quo sim. Outros termos usados por esses portais foram: “segunda colonização”, “pensamento crítico”, “desaparecimento forçado”, “Chicago Boys”, “Lula Livre”, “violência do Estado”, “antifascismo”, entre outros.

Além da terminologia, outra forma de identificar tais meios foi observando os assuntos abordados na cobertura diária do veículo. Para isso é preciso conhecer minimamente o cenário político e as disputas de cada u. No período analisado, observamos, entre outros, os seguintes temas: “mineração ilegal”, “direitos humanos”, “Paz na Colômbia”, “Greve geral”, “legalização do aborto”, “tráfico de pessoas”.

Como optei, neste levantamento, por fazer uma análise qualitativa, limitei meu espectro aos veículos digitais, excluindo jornais e revistas impressos, rádios e TVs. A exceção são os meios com essas características, mas que mantêm um site com atualização regular de notícias e que foram atualizados nos últimos três meses.

É preciso destacar que, por questões culturais, o tipo de meio mais popular na América do Sul é o comunitário, principalmente rádios. Porém a dificuldade de analisar o caráter verdadeiramente comunitário das mesmas impediu que esta categoria pudesse ser contemplada neste trabalho. Por exemplo, no Brasil existem 4.872 rádios comunitárias, de acordo com levantamento do site Teleco Inteligência em Telecomunicações, porém sob esta denominação estão diversas rádios comerciais que usam a licença irregularmente e que não conseguiríamos mapear neste espaço.

Esse mapeamento tem seus limites. O primeiro é a falta de um levantamento realizado pelos próprios países de forma a juntar essas fontes de informação em um só local e de fácil acesso. O segundo é a falha humana. Com o tempo que tive disponível, consegui mapear 496 veículos e revisar mais de dois mil, mas é possível que algumas iniciativas tenham ficado fora da contagem.



### Considerações finais

Minha pergunta inicial era: qual o cenário comunicacional latino-americano 40 anos após a divulgação do Relatório MacBride? Para responder a esse questionamento, mapeei os meios de tendência decoloniais para investigar se a distribuição dos mesmos reproduz as desigualdades sociais, mantendo um desnível informacional.

Primeiramente, a hipótese de que poderia haver uma mimetização em nível local das assimetrias informacionais mundial se comprova apenas em parte. É verdade que os países mais desenvolvidos dentro do sistema capitalista apresentam mais iniciativas.

Uma outra abordagem relevante é em termos de audiência. Para quantas pessoas essas mídias de tendência decolonial falam? Não foi possível, nos limites deste artigo, avaliar isso, mas pelos indícios levantados, apesar de serem extremamente importantes, esses meios não são capazes de disputar com o setor empresarial-hegemônico, motivo pelo qual evitei usar o termo jornalismo contra-hegemônico.

E qual o aporte que esses meios trazem no sentido de superar a colonialidade na comunicação? O primeiro está no fazer da comunicação e do jornalismo. Essa prática, além de denunciar as mazelas da imprensa hegemônica, traz consigo uma resistência diária com a busca por conteúdos que reflitam as realidades locais e regionais, com o comprometimento com a cultura e as tradições, um posicionamento explícito contra opressões, de questionamento da ordem vigente e um fazer jornalístico engajado.

Para além do clichê de “dar voz aos que nunca tiveram voz”, esses meios retratam nossa realidade sul-americana tal como ela é, sem nos refletir nos espelhos da colonialidade. Como disse Quijano: “é tempo de aprendermos a nos libertar do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente distorcida. É tempo, enfim, de deixar de ser o que não somos” (2005, p. 139).

Desta forma, os veículos mapeados desenvolvem conteúdos locais, dando prioridade para as temáticas relacionadas aos conflitos e interesses de cada região. Não há, como ocorre com os grandes conglomerados de comunicação, uma incorporação de um olhar alienígena e estereotipado sobre os problemas locais e — na maioria dos casos — mesmo a análise da situação nos países vizinhos contempla uma visão própria desses meios, fugindo das análises enviesadas das grandes agências de notícias.



A colonialidad na comunicação está longe de ser superada, é verdade, mas os meios decoloniais são um passo necessário nesta direção. Outro é a retomada do relatório MacBride como diagnóstico de um cenário que segue vigente para a partir dele traçar as estratégias de como ir adiante.

### Referencias

Aguiar, P. (2017). Mapeamento de Agências de Notícias: localização de correspondentes e escritórios das principais empresas do setor. Em: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (pp. 1–17). Recuperado de <http://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2466-1.pdf>

Palermo, Z. y Quintero, P. (Eds.). (2014). Textos de Fundación. Colonialidad y ModernidadRacionalidad. Buenos Aires: Ediciones del Siglo.

Bandeira, O. y Valente, J. (2018, 12 septiembre). Proprietários da Mídia no Brasil: Na internet, a combinação de novas e velhas formas de concentração. Le Monde Diplomatique Brasil. Recuperado de <https://diplomatie.org.br/na-internet-a-combinacao-de-novas-e-velhas-formas-de-concentracao/>

Beltrán, L. R. (2005). Un memento latinoamericano del Informe MacBride: sigue en pie el catecismo de utopías. Quaderns del CAC, 21, 31–34.

Borges, A. (2009). A ditadura da mídia (1ª). São Paulo: Anita Garibaldi/ Associação Vermelho.

Chaparro, M. (2014). Prólogo. En M. Chaparro (Ed.): ComunicaciónVol. 1.

Comunicología de la liberación, desarrollismo y políticas públicas (pp. 9–16). Málaga: Laboratorio de Comunicación y Cultura COMandalucía Universidad de Málaga.

Grosfoguel, R. (2006). La descolonización de la economía política u los estudios postcoloniales: Transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. Tabula Rasa, enero-julio de 2006(4), 18–46. Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n4/n4a02.pdf>

Jara, O. (2006). Para sistematizar experiências. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

MacBride, S. (1980). Un Solo Mundo, voces múltiples: Comunicación e información en nuestro tiempo. México: Fondo de Cultura Económica.

Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. En S. Castro-Gómez y R. Grosfogue (Eds.), Encuentros. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global (pp. 127–167). Bogotá: Siglo del Hombre Editores. Recuperado de



[https://enriquedussel.com/txt/Textos\\_2\\_00\\_Obras/Filosofos\\_latinos\\_EU/Sobre\\_colonialidad-Nelson\\_Maldonado.pdf](https://enriquedussel.com/txt/Textos_2_00_Obras/Filosofos_latinos_EU/Sobre_colonialidad-Nelson_Maldonado.pdf)

Mignolo, W. (2009). La idea de América Latina (la derecha, la izquierda y la opción decolonial). *Crítica y Emancipación*, 2, 251–276.

Oliveira, D. (2017). *Jornalismo e Emancipação: Uma prática jornalística baseada em Paulo Freire (1ª)*. Curitiba: Appris.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Ed.), *Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas* (pp. 117–142).

Sel, S. (2016). Políticas Públicas de Comunicación e Integración Latinoamericana. *Cadernos PROLAM/USP*, 15(29), 158–170. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2016.117164>

Torrez R, Y. F. (2006). Cunjuero de la rueda: (re)pensar a la comunicación desde la colonialidad del poder. *Porik AN*, 11, 361-285. Recuperado de [http://www.unicauca.edu.co/porik\\_an/imagenes\\_3noanteriores/No.11porikan/articulo10.pdf](http://www.unicauca.edu.co/porik_an/imagenes_3noanteriores/No.11porikan/articulo10.pdf)